

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 5130 36

website: [www. www.au.int](http://www.au.int)

CI14923 – 88/88/9/10

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Sétima Sessão Ordinária

7 – 12 de Junho de 2015,

Joanesburgo, ÁFRICA DO SUL

EX/CL/924(XXVII)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DO CONSELHO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL DA
UNIÃO AFRICANA (ECOSOCC)**

RELATÓRIO DO CONSELHO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL DA UNIÃO AFRICANA (ECOSOCC)

1. O Conselho Executivo irá recordar-se que a 2ª Assembleia Geral Ordinária do Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana foi inaugurada em Nairobi, Quénia, a 22 de Dezembro de 2014. Subsequentemente, no meu discurso inaugural a aquando da 26ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da União Africana, realizada em Adis Abeba de 26 a 27 de Janeiro de 2015, realcei que o foco da nova Assembleia Geral, incidirá em promover as aspirações centradas nos povos, aspirações essas contidas no Acto Constitutivo da União Africana e, extrair das lições da 1ª Assembleia Geral, de modo a incorporá-las no processo de garantir que a Assembleia Geral irá alcançar as metas e os objectivos preconizados.
2. Consequentemente, realcei as prioridades traçadas pela 1ª Sessão ordinária da 2ª Assembleia Geral do ECOSOCC, em Nairobi, Quénia, a fim de materializar as referidas metas que abrangem em primeiro lugar, um exercício de iniciação e orientação designado a aliar os novos membros às normas, procedimentos, regulamentos e processos da União, tendo em vista uma melhor compreensão e orientação por parte da Assembleia e para que, essencialmente, esta baseia-se em regras. A segunda prioridade é de continuar com o processo de consolidação institucional do ECOSOCC, mediante vitalização do trabalho dos Comité de Credenciação e continuação das eleições suplementares durante o período de um ano, por forma a preencher as vagas existentes na Assembleia Geral do ECOSOCC, garantindo, assim, ampla representatividade em todos os Estados-membros da União Africana. A Terceira prioridade e relacionada com a mesma, é o fortalecimento do Secretariado do ECOSOCC junto do Departamento de Organizações de Cidadãos e da Diáspora (CIDO) no sentido de ancorar o nexu “centrado nos povos” enunciado no Acto Constitutivo da União Africana (Artigo 3º), apoiar o trabalho do ECOSOCC (EX.CL/633(XVIII)) e implementar os resultados da Cimeira da Diáspora, conforme ratificado pela Decisão **Assembly/AU/Dec.354(XVI)** da Conferência da UA
3. A quarta prioridade prende-se com o envolvimento efectivo do ECOSOCC nos assuntos do continente, incluindo as várias crises e conflitos, bem como questões relacionadas com o desenvolvimento social e económico. A quinta prioridade é voltada à activação dos Comités de Grupos Sectoriais, de forma a divulgar a UA, mobilizar o apoio para a Agenda 2063, a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e quadros políticos tais como o CAADP e FIDA. A sexta e última prioridade, abrange a continuidade da sensibilização do público africano nos vários Estados-membros, a fim de apoiar as políticas e programas da UA e dar início aos processos de edificação e consolidação dos Pontos Focais Nacionais do ECOSOCC em cada Estado-membro da

União Africana, como estruturas para disseminar informações e reforçar o apoio aos programas e actividades da UA. Apraz-me informar este nobre Conselho Executivo que o trabalho iniciou com efectividade e resultados tangíveis em todas as áreas.

4. Para começar, teve lugar uma sessão de iniciação e orientação da 2ª Assembleia Geral Ordinária do ECOSOCC no Cairo, Egipto, de 27 de Março a 1 de Abril de 2015. Gostaria de agradecer ao Governo e ao Povo da República Árabe do Egipto, pelo forte apoio que possibilitou a reunião de alcançar os seus objectivos. O exercício de orientação e iniciação, promoveu uma compreensão profunda entre os membros acerca da União Africana, do Acto Constitutivo, dos órgãos e estruturas principais, bem como das normas e regulamentos administrativos e financeiros. Por conseguinte, proporcionou um fundamento coeso para que os Membros do ECOSOCC, prezar-se pudessem avaliar plenamente as suas funções, deveres e responsabilidades e os parâmetros organizacionais em que devem operar.

5. A sessão proporcionou, igualmente, um contexto para a 2ª Assembleia Geral do ECOSOCC estabelecer normas e regulamentos internos que irão orientar as suas próprias operações. A este respeito, a Assembleia Geral do ECOSOCC, com a assistência e apoio do Gabinete do Conselheiro Jurídico e do Secretariado do ECOSOCC junto do CIDO, adoptou o seu Regulamento Interno que será revisto pelo Comité Técnico Especializado dos Ministros da Justiça, na sua próxima sessão (Outubro/Novembro de 2015) em preparação para análise por parte do Conselho Executivo, durante a sua 28ª Sessão Ordinária, em Janeiro de 2016, por intermédio do Comité dos Representantes Permanentes (CRP).

6. O processo de consolidação institucional da 2ª Assembleia Geral do ECOSOCC, continua a seguir com celeridade. A reunião da Assembleia Geral realizada no Cairo, Egipto em Fevereiro/Março de 2015, criou um roteiro apropriado para este processo. Consequentemente, o Secretariado do ECOSOCC junto do CIDO prorrogou e reabriu o processo de candidaturas até 31 de Dezembro de 2015, por forma a revigorar o processo. O Comité de Credenciação reunir-se-á brevemente em Maseru, Lesoto, após a Cimeira da UA de Junho de 2015, a fim de estabelecer um calendário e horizonte temporal para as novas eleições e, providenciar orientação ao Comité Interdepartamental da UA de Verificação e Elegibilidade dos candidatos. Espera-se que, por conseguinte, que as eleições nacionais e regionais para preenchimento das vagas existentes no ECOSOCC, venham a ser realizadas apropriadamente no terceiro e quarto trimestres de 2015, tendo em vista ampliar o âmbito e alcance dos membros do ECOSOCC de modo a abranger todos os Estados-membros da União Africana.

7. O ECOSOCC tornou-se mais integralmente envolvido nas actividades da União Africana no seu todo, na família de órgãos da UA e na vida e aspirações dos cidadãos ordinários africanos. Com vista a promover os seus programas de trabalho e divulgar os programas e políticas da UA, o Presidente e outros membros levaram a cabo programas de sensibilização no Egipto, Sudão e Nigéria entre outros e, mediante participação efectiva na 26^a Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, no Fórum de Negócios dos Camarões, no Simpósio Internacional para o Lançamento da Iniciativa Africana sobre Paz e Desenvolvimento, realizada em Benim em fins de Maio de 2015, na reunião do Parlamento Pan-Africano sobre a Ratificação dos Tratados da UA, realizada em Abril de 2015 e, outros fóruns e encontros com os Estados-membros a nível nacional, regional, continental e internacional. O ECOSOCC também emitiu declarações consultivas e políticas sobre desenvolvimento contemporâneo e de preocupação para África, incluindo entre outros aspectos, a incidência da xenofobia em África e a crise no Burundi.

8. O ECOSOCC tem estado envolvido com a operacionalização dos Comitês dos Grupos Sectoriais, na qualidade de mecanismos operacionais fulcrais deste Órgão, bem como na elaboração de modalidades e princípios para a institucionalização dos Capítulos Nacionais do ECOSOCC, como instrumentos de prestação de contas aos vários Estados-membros da União Africana. As modalidades operacionais estão em vias de consolidação e, espera-se que um documento-quadro em ambas áreas, venha a ser apresentado na próxima Sessão Ordinária do Conselho Executivo e da Conferência da União Africana.

9. O fortalecimento do Secretariado junto do CIDO, também é uma das nossas prioridades. Tal como antes realcei, isto tem sido assunto de várias decisões do Conselho Executivo e da Conferência da UA, bem como da Declaração da Cimeira da Diáspora Mundial, da qual África estabeleceu uma aliança mundial com outros 89 países, compreendendo povos de descendência africana. É animador o facto de que o processo de recrutamento da Comissão da UA começou a trazer jovens e pessoal regular para o CIDO, no âmbito da integração. Todavia, as recentes propostas que emanam da Comissão, aparentam favorecer um processo de rebaixamento das estruturas da sociedade civil e da diáspora da União Africana. A transformação da OUA para UA designou-se a criar uma comunidade de integração centrada nos povos e impulsionada pelos povos. De igual modo, as estruturas da UA que validam e orientam o processo tais como o ECOSSOC e o CIDO junto da Comissão da UA, devem ser promovidas e tratadas como serviços partilhados, ao invés de serem diminuídas. Esta é a essência das várias decisões do Conselho Executivo, da Conferência da UA e da Cimeira da Diáspora, de que me referi acima.

10. A forma pela qual os processos de reforma estão a ser seguidos, também, constitui causa de atenção. Aparenta ser um processo dominado pela Comissão, que não envolve os outros órgãos da UA. A agenda de reforma não constou no orçamento original da reunião realizada em Mekelle, na Etiópia, de 9 a 16 de Maio de 2015, contudo, de forma sub-reptícia, foi introduzida com primazia na procura por decisão. A intervenção do ECOSOCC no processo foi apressada, tendo-nos sido dito que o ECOSOCC não era suposto de ter a palavra para exprimir as suas preocupações.

11. Isto é surpreendente. Em primeiro lugar, porque o ECOSOCC tem o seu Secretariado junto do CIDO na Comissão da UA. O órgão trabalha estreitamente e, devo adicionar, harmoniosamente, com o CIDO. Logo, as questões concernentes à reorganização no seio da Comissão devem, necessariamente, envolver o ECOSOCC. Em segundo lugar, o nexa “centrado nos povos” da União Africana dá primazia à abertura, transparência e responsabilização. Os assuntos que envolvem a União Africana são de carácter familiar, que devem envolver o vasto espectro de órgãos da UA.

12. Em terceiro lugar, qualquer processo de organização ou reorganização da UA, deve incidir no foco “centrado nos povos” do preâmbulo e princípios do Acto Constitutivo. O ECOSOCC insistiria que respeitemos tais princípios, por sua vez elucidados nas várias decisões do Conselho Executivo e da Conferência da União Africana.

13. Em quarto lugar, a procedência das reformas estruturais e os métodos adoptados em relação às mesmas, são motivo de preocupação. As propostas são baseadas no modelo operacional que é mal adaptado à UA, tratando-se por seu turno de uma entidade pública. No contexto da UA, o mais elevado valor comercial é o bem do público.

14. Por outro lado, o ECOSOCC solicita, encarecidamente, que haja congruência e coerência nas actividades da União Africana relacionadas com a sociedade civil. Presentemente, a Comissão e vários órgãos da UA estão inundados de acordos e parcerias formais e informais com várias Organizações da Sociedade Civil (OSC). A UA não tem formas de manter um rastreio dos nomes das organizações, o que as mesmas fazem e o valor que estas acrescentam para a UA. A União Africana não dispõe de uma base de dados sobre as OSC que trabalham com os seus vários órgãos, as suas relações e operações e, o valor acrescentado da sua participação. Isto ocorre em desarmonia com a prática dos Estados-membros e de todas as organizações internacionais. O ECOSOCC acredita que é altura de se coordenar efectivamente as actividades e intervenções da sociedade civil em apoio à União Africana, por intermédio

do ECOSOCC, em conformidade com a prática estabelecida noutras partes. Por conseguinte, solicitamos ao Conselho Executivo para que tome uma decisão, tal como no caso da ONU e similares organizações internacionais, que todas as OSC que lidam com a União Africana, devam ter um estatuto de consultor ou observador junto do ECOSOCC-UA. Isto irá proporcionar uma base de dados integrada dos actores e das intervenções, possibilitará os órgãos deliberativos a manterem um rastreio das actividades, removerá a duplicação e promoverá a complementaridade nas intervenções das OSC, fará com que União Africana se aperceba dos elos em falta na cadeia de actividades e possa colmatá-los, permitindo, assim a inter-conectividade das sociedades civis e das actividades dos Estados-membros. Ao Comité de Credenciação e ao Comité Permanente do ECOSOCC devem ser incumbidas a responsabilidade de supervisionar esse processo.

15. Finalmente, gostaria de agradecer ao Comité dos Representantes Permanentes (CRP) da União Africana, pelo apoio eficiente para o Processo do ECOSOCC nas sessões relacionadas com orçamentos em Mekelle e, por ter tomado providências no sentido de apoiar o nosso objectivo fundamental de operacionalização dos Comités de Grupos Sectoriais, bem como a institucionalização dos Capítulos Nacionais. O Comité Permanente do ECOSOCC que reuniu-se em Cartum, Sudão, de 26 a 28 de Maio de 2015 com o objectivo de analisar e aprovar o presente relatório, acordou, igualmente, em torno de medidas para desenvolver e comensurar esse processo. Esta prioridade, em conjunto as prioridades acima mencionadas, constituirão o foco do ECOSOCC no segundo semestre de 2015 e, esperamos facultar um relatório de actividades nas próximas sessões ordinárias do Conselho Executivo e da Conferência em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2016.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2015

Report of the economic, social and cultural Council of the Africa union (ECOSOCC

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4794>

Downloaded from African Union Common Repository